

Estudo Técnico Preliminar

1. Informações Básicas

Número do processo: 23079.201179/2021-45

2. Base Legal

Foram analisados os Instrumentos Legais abaixo relacionados para nortear a pretensa contratação:

1. Instrução Normativa 05/2017 - Dispões sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública Federal indireta, autárquica e fundacional;
2. Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993 e Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 - Regulamenta o art.37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;
3. Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 - Dispõe sobre a execução indireta mediante contratação de serviços da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União;
4. Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013 - Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
5. Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 - Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da Administração Pública Federal;
6. Modelos da AGU de licitações e contratos. Serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra. Termo de Referência, minuta de edital e minuta de contrato;
7. Instrução Normativa 01, de 19 de janeiro de 2010 - Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;
8. Instrução Normativa nº 40, de 22 de maio de 2020 - Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares para a aquisição de bens, contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional e sobre o Sistema ETP Digital;
9. Instrução Normativa nº 73, de 5 de agosto de 2020 - Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;
10. Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego (NR/MTE):



Norma Regulamentadora 15- Atividades e Operações Insalubres;

11. Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego (NR/MTE): NR 6- Equipamento de Proteção Individual;
12. Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego (NR/MTE): NR 23- proteção contra incêndios;
13. Orientação Normativa nº 4, de 14 de fevereiro de 2017 que estabelece orientação sobre a concessão dos adicionais de insalubridade, periculosidade, irradiação ionizante e gratificação por trabalhos com raio-x ou substâncias radiotivas, e dá outras providências.

3. Descrição da necessidade

3.1. Em levantamento recente estima-se que os laboratórios das diversas Unidades da UFRJ geram anualmente um montante de, aproximadamente, 81.400 (oitenta e um mil e quatrocentos) quilos de resíduos químicos de várias categorias (inorgânicos, orgânicos, orgânicos halogenados, fosforados, pesticidas e misturas de resíduos das categorias anteriores), produzidos nas atividades diretas de ensino e pesquisa, bem como das de apoio, como no caso da Gráfica da UFRJ. Boa parte desses resíduos se encontra acondicionada, devidamente identificada e armazenada nos diferentes laboratórios de suas respectivas Unidades, embora possa haver resíduos constituídos por misturas não identificadas ou parcialmente identificadas. Resíduos químicos também podem ser gerados em situações de derramamento de produtos químicos nos diversos laboratórios das Unidades da UFRJ.

3.2. Os serviços ora licitados visam garantir a disposição final, ambientalmente correta, desses resíduos, de acordo com as melhores técnicas.

3.3. A seleção da empresa CONTRATADA deve seguir rigorosos critérios técnicos, visto que, de acordo com a legislação vigente, a UFRJ, enquanto geradora, permanece corresponsável por seus resíduos até que estes sejam efetivamente tratados ou eliminados, sujeitando seus técnicos e diretores às penalidades previstas na Lei 9.605/1998 (Lei dos Crimes Ambientais), em caso de poluição ambiental.

3.4 A pretendida contratação visa realização o descarte adequado e atender as legislações vigentes (CONAMA nº 358/2005, Lei nº 12.305/10, RDC nº 222/2018) com a contratação de empresa específica para realização de serviço de acondicionamento, recolhimento e destinação final de resíduos químicos perigosos para atendimento de demanda contínua das Unidades da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

4. Área requisitante

Unidade	Responsável	Telefone	E-mail
Decanato de Centro de Ciências da Saúde - CCS	Bianca Ortiz da Silva	(21) 3938-6588	coordenacaodebiosseguranca@ccsdecania.ufrj.br
Divisão Gráfica	Allan de Moraes Barbosa	(21) 99143-1163	grafica@grafica.ufrj.br
Centro Multidisciplinar UFRJ-Macaé	Diego Gonçalves de Andrade	(22) 2141-4006	biossegufrijmacae@gmail.com
Escola de Química	Bianca de Souza Manhães Valverde	(21) 3938-7346	Bianca@eq.ufrj.br
Museu Nacional	Eduardo Martins de Barros	(21) 99254-9854	npa@mn.ufrj.br
Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (COPPE)	Rosane Mara Detommazo Muniz	(21) 99371-1311	rosane@adc.coppe.ufrj.br
Instituto de Química	Ricardo Bezerra Coelho	(21) 98749-2139	rcoelho@iq.ufrj.br
Instituto de Macromoléculas - IMA	Bruno Passos Costa	(21) 99209-5747	brunopassos@ima.ufrj.br



5. Análise da Contratação Anterior

Solicitar aos demandantes uma análise do contrato atual com sugestões que possam agregar melhorias ao contrato.

6. Descrição dos Requisitos da Contratação

6.1 Natureza da Contratação:

Trata-se de prestação de serviços de natureza continuada sem dedicação exclusiva de mão de obra, a ser contratada mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

Os objetos a serem contratados enquadram-se na definição de **serviço comum**, nos termos do Art. 1º, parágrafo único da Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº. 9.507, de 2018, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

A demanda encontra-se devidamente amparada no art.1º da Portaria nº443, de 27 de dezembro de 2018, do Ministério da Economia, que estabelece os serviços que serão preferencialmente objeto de execução indireta, em atendimento ao disposto no art.2º do Decreto Federal nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, que assim dispõe:

"No âmbito da Administração Pública federal, direta, autárquica e fundacional, serão preferencialmente objeto de execução indireta, dentre outros, os seguintes serviços:

.....

Parágrafo único. Outras atividades que não estejam contempladas na presente lista poderão ser passíveis de execução indireta, desde que atendidas as vedações constantes no Decreto nº 9.507, de 2018."

6.2 Relevância dos requisitos estabelecidos:

Celebrar-se-á contrato com a adjudicatária, com vigência de 12 (doze) meses, de acordo com o que estabelece a Lei nº 8.666/93;

O Contrato poderá ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme disposto no inciso II do Art. 57, da Lei nº. 8.666/93;

Exigir-se-á a prestação de garantia pela Contratada, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, a ser comprovada no prazo de 10 (dez) dias úteis a partir da data da celebração do contrato, prorrogados por igual período a critério desta Administração;



UFRJ

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Serão provisionados recursos financeiros, nos percentuais previstos nas normas legais pertinentes e especificados na Planilha de Custos e Formação de Preços, para o pagamento de férias, 13º salário, rescisão contratual e indenização compensatória sobre o FGTS dos trabalhadores da Contratada empregados na execução do contrato, cujos valores retidos das faturas mensais serão depositados pelo Contratante em conta-depósito vinculada, bloqueada para movimentação, conforme o disposto na Instrução Normativa nº05/2017, e suas alterações, expedida pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;

As empresas licitantes, adjudicatárias e contratadas estarão sujeitas às penalidades previstas no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, no art. 49 do Decreto nº 10.024/2019, e nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, assegurado o Direito Constitucional do Contraditório e Ampla Defesa;

Adotar-se-á como critério de julgamento o de menor preço global dos serviços;

Para a Contratada não haverá necessidade de transição contratual;

Deverá ser solicitada Declaração do licitante de que tem pleno conhecimentos das condições necessárias para a prestação do serviço;

A Contratada deverá fornecer aos trabalhadores empregados na execução do contrato uniformes de acordo com a atividade a ser desempenhada nesta Administração, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo ao empregado;

A Contratada ficará obrigada a aceitar, no interesse da Administração, nas mesmas condições assumidas, os acréscimos ou supressões que se fizerem, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme prevê o § 1º do art.65 da Lei 8.666/93;

O grau de eficiência da prestação dos serviços será verificado mediante avaliação, mensal, do gestor/fiscal do contrato;

O serviço é considerado como contínuo no âmbito da Universidade pois está relacionado com a atividade finalística de instituição e sua interrupção causará danos à Instituição e ao corpo social da Universidade. Este entendimento é o consolidado no âmbito do TCU, conforme se pode verificar a partir de trecho do Voto do Acórdão nº 132/2008 – Segunda Câmara:

“Na realidade, o que caracteriza o caráter contínuo de um determinado serviço é sua essencialidade para assegurar a integridade do patrimônio público de forma rotineira e permanente ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do ente administrativo, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional”.

6.3 Requisitos da Contratada

Para atender os objetivos da contratação, a empresa contratada deverá:

Manter registro no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA, ou no Conselho Regional de Química - CRQ ou no Conselho Regional de Biologia – CRBio do profissional alocado pela CONTRATANTE como responsável técnico, comprovando a vinculação profissional permanente do referido profissional com



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

a CONTRATANTE, em atendimento o artigo 17 da Resolução CONFEA nº. 218/73, a Resolução CONFEA nº. 218/73 e a Resolução Normativa CRQ n. 36/74;

Possuir Atestado de Capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado demonstrando que a empresa prestou serviços compatíveis, contendo a identificação desta Contratante e do signatário, a descrição detalhada dos serviços prestados, além das quantidades, prazos e valores relacionados, em atendimento ao artigo 30, § 1º., da Lei 8.666/93;

Possuir Cadastro Técnico Federal expedido pelo IBAMA que comprove a autorização para transporte, tratamento e destinação de resíduos perigosos, em atendimento a Instrução Normativa 10, de 27 de maio de 2013 do IBAMA;

Possuir Licença de Operação expedida pelo INEA para o manuseio, classificação, acondicionamento e processamento de resíduos químicos, atendendo ao Sistema de Licenciamento Ambiental (SLAM), instituído pelo Decreto Estadual nº 42.159, de 2 de dezembro de 2009, e alterado pelo Decreto Estadual nº 44.820, de 2 de junho de 2014;

Possuir Licença de Funcionamento expedida pelo Departamento de Polícia Federal, relacionada a atividades com produtos químicos controlados, em atendimento a Lei 10.357 de 27 de dezembro de 2001 em seu artigo 5º e a Portaria do Ministério da Justiça 1.274, de 25 de agosto de 2003 art. 2º, § 1º ;

Possuir Certificado de Funcionamento expedido pelo Corpo de Bombeiros relacionado ao Tratamento e disposição de resíduos perigosos, em atendimento ao Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico (CoSCIP) que é estabelecido pelo Decreto nº 897 de 21 de setembro de 1976 e legislações complementares. A contratada deve possuir cadastro no sistema da Polícia Federal a fim de realizar o transporte e a destinação ou a destruição dos resíduos controlados atendendo as orientações da Portaria nº 240/2019.

A contratada deverá apresentar todos os procedimentos para o descarte de produtos controlados pelo Exército Brasileiro.

Deverá ser providenciada pela Empresa a ser CONTRATADA, durante toda a execução dos serviços, a adequada proteção dos operários, fornecendo os Equipamentos de proteção Individual - EPI, que são de uso obrigatório, conforme determina a Norma Regulamentadora - NR 06, do Ministério do Trabalho e Emprego. Os EPI compõem-se de todos os dispositivos de uso individual, de fabricação nacional ou estrangeira, destinados à proteção da saúde e da integridade física dos trabalhadores.

Apresentar programas prevencionistas impostos pelo Ministério do Trabalho e Emprego, voltados ao controle dos riscos à saúde, à integridade física e psíquica dos empregados e ao ambiente de trabalho em conjunto com o meio ambiente, como:

Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR);

Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO);

Atestados de saúde ocupacional (ASO).

Esses documentos devem ser entregues periodicamente nos casos de renovação (pelo menos uma vez por ano) para a Fiscalização da Contratante.

No que diz respeito à compatibilidade em relação às quantidades anuais, será(ão) aceito(s) o(s) atestado(s) que demonstrar(em) que a licitante prestou serviços de natureza e vulto compatível(is) com o objeto licitado, que contemple(m) no mínimo o quantitativo de 50% (cinquenta por cento) do peso total anual do objeto deste instrumento.

Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

6.4 Requisitos de pessoal:

Habilitação específica

Atestado ou declaração de capacidade técnico-operacional em papel timbrado, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão que a Licitante forneceu serviços para desempenho de atividade pertinente e compatível em natureza e quantidades com o objeto da contratação, em ambientes similares e serviços que tenham complexidades pertinentes e compatíveis com o objeto deste Projeto.



6.4.1. Declaração de que está apto a atender todas as exigências do Contrato.

6.4.2. Declaração de que, no caso de subcontratação parcial a Licitante Vencedora se responsabilizará e responderá perante a UFRJ pela execução total do objeto contratado e que não há qualquer relação entre a Universidade e a subcontratada, de modo que, também, pelos atos ou omissões desta, assumindo plena, legal e contratual toda a qualquer responsabilidade pelo objeto contratado.

6.5 Da Modalidade de Licitação:

A contratação deverá ser realizada por meio de licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, utilizando-se o Sistema de Registro de Preços, haja vista tratar-se de contratação de serviços comuns e para atendimento a mais de um órgão ou entidade, uma vez que haverá a participação de outras unidades da UFRJ, além de permitir a flexibilização do quantitativo a ser contratado, uma vez que o SRP é o conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras.

O Registro de Preços mostra-se essencial, pois, conforme previsto no art. 3º, inciso III, do Decreto 7.892/13, uma das hipóteses de cabimento do Registro de Preços consiste na aquisição de bens ou contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo. Essa hipótese tem por escopo permitir que entidades que possuam as mesmas necessidades possam contratar em conjunto, minimizando-se assim os custos do processo, além de propiciar vantajosidade em razão da economia de escala por se adquirir em maior quantidade. Essa é, segundo a doutrina, uma das grandes vantagens do SRP, pois “a par de exigir competência de gerenciamento, traz a especialização de servidores, economia no preço e melhor controle de qualidade dos produtos.

Outro ponto de fundamental importância para se aplicar o sistema de registro de preços é o fato de não haver necessidade de declarar a existência de crédito para a realização do certame, devendo a previsão orçamentária para cobrir a despesa, ser demonstrada apenas antes da efetiva contratação do serviço (Orientação Normativa AGU nº 20/2009).

O Sistema de Registro de Preço – SRP mostra-se pertinente, também, considerando a hipótese prevista nos incisos III e IV do artigo 3.º do Decreto 7.892/2013, aliado às vantagens decorrentes deste procedimento licitatório, como:

- Efetivar a contratação e ampliá-la somente quando houver necessidade, proporcionando a redução de número de licitações a serem realizadas no âmbito da UFRJ;
- Agilizar a contratação futura, pois a licitação já está realizada, as condições de execução estarão ajustadas e os preços e respectivos fornecedores já estarão definidos;
- Maior transparência dos procedimentos adotados, pois são monitorados por todos os agentes envolvidos.

7. Da forma de execução:

7.1. Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

7.1.1. Os resíduos químicos para os quais se solicitam os serviços de embalagem, remoção e correta disposição final são oriundos de atividades diretas de ensino e pesquisa, bem como as de apoio, desenvolvidas pelos diversos laboratórios das Unidades da CONTRATANTE.

7.1.2. Os resíduos são constituídos de solventes orgânicos separados ou em mistura; reagentes inorgânicos e orgânicos em estado líquido ou sólido, vencidos e/ou fora de especificação; materiais sólidos de laboratório contaminados com material químico mais nocivo, tais como embalagens de vidro, de plástico; ou metálicas; tubos Eppendorf, filtros, luvas, etc., bem como material biológico contido em produto químico mais nocivo.

7.1.3. Estes resíduos são classificados como perigosos (classe I) de acordo com a norma técnica NBR-10004, pois apresentam características tóxicas, inflamáveis, corrosivas ou reativas.

7.1.4. Será gerada PELA FISCALIZAÇÃO DESIGNADA e encaminhada à Contratada ORDEM DE SERVIÇO conforme modelo constante no ANEXO I do presente termo de referencia. Após o recebimento deste a CONTRATADA terá o prazo máximo de 03 (três) dias úteis para a retirada dos resíduos, excetuando-se o caso mencionado no **item 7.1.7** do presente Termo de Referencia

7.1.5. Após a pesagem do material à ser retirado, a fiscalização da CONTRATANTE deverá completar os dados da ORDEM DE SERVIÇO para posterior envio à PRÓ-REITORIA DE GESTÃO E GOVERNANÇA - PR-6.

7.1.6. Em geral, todos os resíduos se encontram acondicionados e identificados em recipientes de vidro (somente em casos extremamente necessários), preferencialmente utilizando recipiente plásticos de polietileno de alta densidade, no qual o resíduo ocupe, no máximo, 70% do volume nominal do recipiente. Alguns desses resíduos podem não possuir identificação precisa de seus componentes ou ainda se apresentarem em mistura, devendo esta ser a mais precisa possível.

7.1.7. Em caso de acidentes com derramamento de produtos químicos em laboratórios e/ou dependências de Unidades/ da CONTRATANTE serão necessários os serviços de contenção e remoção dos resíduos gerados, além das operações programadas ao ano, conforme disposto no **item 16**. Fica estabelecido o limite máximo de 24 (vinte e quatro) horas para atendimento da ORDEM SE SERVIÇO oriunda de casos de URGENCIA/EMERGENCIA.

7.2. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

7.2.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

7.2.1.1. A demanda da operação de descarte de rejeitos químicos na UFRJ depende do volume de resíduos acumulados nos laboratórios das diversas Unidades, prevendo-se o número de retiradas máximas anuais especificadas no **item 16** do presente Termo de Referencia. Não estão computados nesses números os casos de urgência/emergência que poderão ser solicitados pela CONTRATANTE à CONTRATADA;

7.2.1.2. A pesagem dos resíduos gerados pelas Unidades participantes deve ser realizada pela CONTRATADA no estabelecimento da CONTRATANTE e na presença do responsável pela fiscalização indicado pela CONTRATANTE. A balança devidamente



certificada pelo INMETRO, com lacre visível e intacto. O responsável indicado pela CONTRATANTE procederá a aferição de precisão no local destinado à coleta, antes do início das pesagens dos resíduos na operação de descarte.

- 7.2.1.3. Os resíduos são separados nos laboratórios ou geradores, nos seguintes grupos:
- 7.2.1.3.1. grupo de resíduos inorgânicos sólidos ou líquidos (sais, óxidos, ácidos ou bases) – Grupo A;
- 7.2.1.3.2. Grupo de resíduos orgânicos sólidos ou líquidos (isentos de halogenados, fosforados ou pesticidas) – Grupo B;
- 7.2.1.3.3. Grupo de resíduos orgânicos sólidos ou líquidos (halogenados, fosforados ou pesticidas) – Grupo C;
- 7.2.1.3.4. Grupo de misturas identificadas de resíduos de categorias anteriores – Grupo D.
- 7.2.1.3.5. Grupo de misturas parcialmente identificadas ou não identificadas- Grupo E
- 7.2.1.4. A pesagem destes resíduos será processada por Unidade geradora, de forma a quantificar o total gerado pela Unidade, viabilizando a correta confecção do Certificado de Destinação de Resíduos.
- 7.2.1.5. Os resíduos deverão ser removidos pela CONTRATADA no local estabelecido pela CONTRATANTE, onde os mesmos serão encaminhados para descarte pelas Unidades participantes;
- 7.2.1.6. A natureza dos resíduos é variável em função das diferentes Unidades em que os mesmos são gerados;
- 7.2.1.7. As datas para a operação de remoção de rejeitos serão fixadas de acordo com a necessidade, respeitando-se os limites máximos de coletas estimadas ao ano e o valor mínimo de Kg estipulado no presente instrumento;
- 7.2.1.8. A CONTRATANTE, com a colaboração dos responsáveis pelos laboratórios ou locais geradores de resíduos, deverá avaliar as propriedades químicas dos mesmos de modo a evitar possíveis incompatibilidades, agrupando-os em classes, de acordo com a natureza química, conforme o **item 7.2.1.3**
- 7.2.1.9. A equipe da CONTRATADA deverá ser composta por funcionários em número compatível com a demanda solicitada, sendo ao menos um Técnico Químico ou Engenheiro Químico ou Químico, para verificação da correta classificação dos resíduos encaminhados para descarte. A necessidade de profissional devidamente qualificado atende o artigo 17 da Resolução CONFEA nº. 218/73, a Resolução CONFEA nº. 218/73 e a Resolução Normativa CRQ n. 36/74.
- 7.2.1.10. O transporte dos resíduos deverá ser efetuado em obediência ao Regulamento de Transporte de Produtos Perigosos, conforme a Resolução ANTT-420/04 e Normas Técnicas da ABNT aplicáveis, utilizando um veículo devidamente sinalizado e equipado, de empresa licenciada pelos órgãos ambientais, de empresa licenciada pelos órgão ambientais e conduzido por motorista habilitado para transporte de cargas perigosas.
- 7.2.1.11. O transporte dos resíduos deverá ser acompanhado, a todo o momento e durante todo o percurso, por funcionário da CONTRATADA devidamente habilitado para atendimento em situações de emergência.
- 7.2.1.12. Após a conclusão da operação, deverá ser emitido pela CONTRATADA o Certificado de Destinação de Resíduos para cada Unidade participante da UFRJ.



- 7.2.1.13. De acordo com as propriedades físicas e químicas, os resíduos deverão ser destinados à incineração, ao coprocessamento, a tratamento físico-químico, ou à disposição em aterro industrial duplamente protegido para resíduos perigosos.
- 7.2.1.14. A contratação e a execução do serviço de coleta e destinação final de lixos especiais deverá obedecer à legislação vigente, em especial:
- Lei nº 8.666, de 21/06/1993 e suas alterações;
 - Lei nº 10.520/2002, de 17/07/2002;
 - Decreto nº 3.555, de 08/08/2000;
 - Decreto nº 10.357, de 27/12/2001;
 - Portaria MJ nº 1.274 de 25/08/2003;
 - RESOLUÇÃO RDC Nº 306 da ANVISA, de 7/12/2004;
 - Lei nº 6.938/81, de 31/08/1981;
 - Lei nº 8.078, de 11/09/1990;
 - Lei nº 8.213/91, de 24/07/1991;
 - Decreto nº 2.271, de 07/07/1997;
 - Lei nº 11.644/08, de 11/03/2008;
 - Resolução nº 06, de 19/09/1991 do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA – Dispõe sobre a incineração de resíduos sólidos provenientes de estabelecimentos de saúde, portos e aeroportos;
 - Resolução nº 358, de 29/04/2005 do CONAMA – Dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde e dá outras providências;
 - Normas Regulamentadoras aprovadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE;
 - Normas Técnicas da ABNT, referentes ao assunto; e
 - INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 06, de 23/12/2013 (Altera a Instrução Normativa nº 2, de 30/04/2008, e seus Anexos I, III, IV, V e VII e inclui o Anexo VIII).

7.3. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

- 7.3.1. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:
- 7.3.2. Pontualidade e cumprimento dos prazos estabelecidos para retirada dos resíduos:
- 7.3.2.1. 03 (três) dias úteis para retiradas normais e;
- 7.3.2.2. 24 (vinte e quatro) horas para retiradas emergenciais;
- 7.3.3. A adequação do meio de transporte para remoção dos resíduos a tonelage (massa) estimada pela CONTRATANTE para a operação de descarte do conjunto de Unidades;
- 7.3.4. O fornecimento do certificado de destinação final para os resíduos removidos de cada Unidade, em atendimento a Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei 12.305 de 2 de agosto de 2010;



7.3.5. Demais parâmetros mínimos estabelecidos no INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO.

7.4. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

7.4.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

7.4.1.1. A CONTRATADA deverá fornecer, quando necessário, tonéis, bombonas, tambores, caixas para acondicionamento e qualquer outro tipo de material necessário para o correto acondicionamento dos materiais à serem descartados ;

7.4.1.2. A CONTRATADA deverá disponibilizar balança(s), devidamente aferida(s) para pesagem dos resíduos químicos no estabelecimento da CONTRATANTE no dia agendado para a operação de descarte de rejeitos químicos;

7.4.1.3. A CONTRATADA deverá disponibilizar Equipamentos de Proteção Individual (EPI) para seus funcionários, bem como máscaras protetoras contra vapores tóxicos, sacos de areia, sacos de vermiculite, vassoura anti faísca e pás para o caso de acidente durante a operação, bem como para os casos de urgência/emergência na contenção e remoção de resíduos em caso de derramamento em laboratórios e/ou dependências de Unidades da UFRJ;

8. Da visita técnica

8.1. Antes de apresentar sua proposta, a licitante deverá analisar todos os documentos do Edital, sendo recomendada a visita e vistoria aos locais de execução dos serviços, executando todos os levantamentos necessários ao desenvolvimento de seus trabalhos, de modo a não incorrer em omissões, as quais não poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços.

9. Do início das atividades prazo de entrega ou prazo de execução

9.1. A Licitante Vencedora iniciará as atividades, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da assinatura do contrato e recebimento da nota de empenho.

10. Levantamento de Mercado

Foram realizadas análises de contratações similares feitas por outros órgãos e entidades da administração pública, a fim de identificar nestas contratações a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da Administração, a exemplo dos editais listados no quadro abaixo.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Ressalta-se que o objeto já foi licitado no âmbito da UFRJ no Pregões 20/201, sendo que a contratações foram efetivadas pelos campi.

Por essas razões, também não se vislumbra a necessidade de consulta, audiência pública ou diálogo transparente com potenciais contratadas para coleta de contribuições. Foram identificadas as seguintes soluções de mercado que podem atender os requisitos especificados para a contratação:

1. No caso dos serviços em tela não se vislumbra outras soluções de mercado afora a terceirização para a prestação indireta dos serviços, visto que inexistem quadros funcionais típicos na UFRJ para a execução desses serviços, restando impedido o aproveitamento de recursos humanos da própria Administração;

Essa forma de contratação não limita a participação de empresas na licitação, visto que houve a participação de 7 (sete) empresas diferentes no último certame realizado pela instituição.

Pregão	UASG	Órgão
41/2022	168008	Indústria de Material Bélico do Brasil / FE/ RJ
27/2022	155912	Universidade Federal de Campina Grande
8/2022	153254	Universidade Federal de Minas Gerais
10/2022	153176	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

15. Descrição da solução como um todo

A contratação ocorrerá via lote único, com unidade de medida quilo, e o julgamento das propostas se dará através do menor preço global do lote para o melhor atendimento da demanda. A empresa contratada prestará serviços contínuos, sem mão de obra exclusiva, relativos à gestão de Resíduos Perigosos, Químicos-Laboratoriais, incluindo: acondicionamento, pesagem, coleta, manuseio, transporte, tratamento, reciclagem, destinação e certificação da destinação desses resíduos.

16. Estimativa das quantidades a serem contratadas

Demanda			Retiradas Máximas no Ano	
Unidade	Qtd (Kg)	Demanda Mínima (kg) (*)	Normais	Emergenciais
Decanato de Centro de Ciências da Saúde - CCS	33.000	800	20	2
Divisão Gráfica	600	200	3	



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Centro Multidisciplinar UFRJ-Macaé	32.000	8.000	4	1
Escola de Química	3.500	1.700	2	1
Museu Nacional	1.500	700	3	2
Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (COPPE)	3.400	1.500	2	1
Instituto de Química	5.000	2.500	2	1
Instituto de Macromoléculas - IMA	2.400	1.000	2	1
	81.400			

17. Estimativa do Valor da Contratação

Estima-se a presente contratação em R\$ 687.016,00 (Seiscentos e oitenta e sete mil e dezesseis reais) anuais tomando como base o valor de R\$ 8,44 (oito reais e quarenta e quatro centavos) pagos atualmente pela UFRJ através do contrato n º 74/2016 reajustado pela Apostila nº 04/2022.

Demanda			Retiradas Máximas no Ano		Valor	
Unidade	Qtd Anual Estimada (Kg)	Demanda Mínima (kg) (*)	Normais	Emergenciais	Unitário	Anual estimado
Decanato de Centro de Ciências da Saúde - CCS	33.000	800	20	2	R\$ 8,44	R\$ 278.520,00
Divisão Gráfica	600	200	3		R\$ 8,44	R\$ 5.064,00
Centro Multidisciplinar UFRJ-Macaé	32.000	8.000	4	1	R\$ 8,44	R\$ 270.080,00
Escola de Química	3.500	1.700	2	1	R\$ 8,44	R\$ 29.540,00
Museu Nacional	1.500	700	3	2	R\$ 8,44	R\$ 12.660,00
Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (COPPE)	3.400	1.500	2	1	R\$ 8,44	R\$ 28.696,00
Instituto de Química	5.000	2.500	2	1	R\$ 8,44	R\$ 42.200,00
Instituto de Macromoléculas - IMA	2.400	1.000	2	1	R\$ 8,44	R\$ 20.256,00
	81.400					R\$ 687.016,00

Cabe ressaltar que a Pró-Reitoria de Gestão e Governança - PR-6, responsável pela contratação dos serviços almejados, realizará pesquisa de preços, após especificações técnicas completamente definidas, de acordo com o regramento previsto na Instrução Normativa nº 73 /2020.

19. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A realização da solução completa por meio de uma única contratação permite otimizar os custos para UFRJ, em especial no que diz respeito ao ganho na economia de escala tendo em vista o quantitativo total de resíduos que necessita ser retirado anualmente.

Acrescenta-se o fato de que a seleção da empresa CONTRATADA deverá seguir rigorosos critérios técnicos, visto que, de acordo com a legislação vigente, a UFRJ, enquanto geradora, permanece corresponsável por seus resíduos até que estes sejam efetivamente tratados ou eliminados, sujeitando seus técnicos e diretores às penalidades previstas na Lei



9.605/1998 (Lei dos Crimes Ambientais), em caso de poluição ambiental. Logo tal contratação tem como por objetivo principal salvaguardar a administração do passivo ambiental que possa ser gerado por suas atividades principais. Essa corresponsabilização implica necessariamente em um acompanhamento preciso da retirada, tratamento ou destinação dos resíduos o que será mais facilmente acompanhado quando realizado por uma única empresa na Instituição.

20. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não estão previstas contratações correlatas e/ou interdependentes para o processo em questão.

21. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação de serviços continuados de é previsto no Plano Anual de Contratações para o ano de 2022 no item 264 do referido documento.

22. Resultados Pretendidos

A retirada, tratamento e destinação correta dos resíduos químicos gerados visando salvaguardar a administração do passivo ambiental que possa ser gerado por suas atividades principais.

23. Providências a serem adotadas

Os servidores escalados para fiscalização do futuro contrato já possuem conhecimento das atribuições inerentes aos fiscais, conforme IN nº 05/2017, pois exercem a função em outros contratos de seu setor.

24. Possíveis Impactos Ambientais

A coleta e transporte inadequado desses resíduos podem trazer riscos a todos os funcionários envolvidos neste processo e à população em geral. A ausência de tratamento, quando necessário e a disposição final ambientalmente inadequada desses resíduos pode ocasionar consequências ainda mais graves, como a contaminação do solo, do lençol freático e das águas superficiais, como rios, mares e córregos, além de contribuir para a proliferação de inúmeros vetores transmissores. Daí a necessidade de técnicas específicas durante todo o processo de manipulação de tais resíduos, diminuindo a incidência de doenças e degradação do meio ambiente.

Os possíveis impactos ambientais decorrem da destinação final inadequada dos resíduos infectantes, químicos, perfurocortantes e comuns, sendo mencionado no Termo de Referência a responsabilidade da Contratada seguir rigorosamente a legislação sanitária vigente neste quesito e dar o devido descarte destes resíduos a fim de garantir a preservação ambiental.



25. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

25.1. Justificativa da Viabilidade

O objeto deste ETP foi considerado **viável** por alinhar-se às atividades acessórias imprescindíveis para se atingir às finalidades da ação pretendida. Também é viável do ponto de vista ambiental e estratégico.

As quantidades dispostas no presente Estudo são coerentes com a demanda prevista, em que foi considerado os atuais contratos firmados para similar objeto, além de verificação com os usuários sobre o serviço a ser contratado.

Os riscos inerentes da contratação foram levantados, com ações de mitigação sugeridas e que se encontram anexados ao presente documento.

26. Responsáveis


Rio de Janeiro 28 de Junho de 2022


Lista de Anexos

Atenção: alguns arquivos digitais enumerados abaixo podem ter sido anexados mesmo sem poderem ser impressos.

Anexo I - Gerenciamento de Riscos

ANEXO II
MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO

		UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO			
		ORDEM DE SERVIÇO PARA RETIRADA DE RESÍDUOS QUÍMICOS			
				via da empresa	
Data da Emissão	00/01/1900	Numero de Controle			
Unidade:					
Fiscal de Contrato:					
Telefone:			Email:		
A Universidade Federal do Rio de Janeiro, solicita a retirada dos resíduos químicos da Unidade acima identificada dentro dos prazos e condições estabelecidas no Termo de Referência, no Edital de licitação e no contrato de prestação de serviços.					
Empresa Contratada:					
CNPJ:			Contato:		
Telefone:			Email:		
Local da Retirada (nome/endereço/localização)					
Instruções e Observações					
Assinatura do Fiscal de Contrato e/ou carimbo			Assinatura da Contratada (para o caso de envio por email favor anexar o mesmo a esta OS)		

		UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO			
		ORDEM DE SERVIÇO PARA RETIRADA DE RESÍDUOS QUÍMICOS			
				via da fiscalização	
Data da Emissão	00/01/1900	Numero de Controle		0	
Unidade:	0				
Fiscal de Contrato:	0				
Telefone:	0	Email:	0		
Empresa Contratada:	0				
CNPJ:	0	Contato:	0		
Telefone:	0	Email:	0		
Observações					
Data da Retirada	01/01/2014	Peso do Material Retirado			
Retirada nº		do		ano de contrato	
Assinatura do Fiscal de Contrato e/ou carimbo			Assinatura da Contratada		

ANEXO III
INSTRUÇÕES GERAIS - ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇOS - ANS

1 DISPOSIÇÕES GERAIS

- 1.1 Fica estabelecido entre as partes Acordo de Nível de Serviços - ANS, o qual tem por objetivo medir a qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA;
- 1.2 A medição da qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA será feita por meio de sistema de pontuação, cujo resultado definirá o valor mensal a ser pago no período avaliado;
- 1.3 As situações abrangidas pelo Acordo de Nível de Serviços – ANS se referem a fatos cotidianos da execução do contrato, não isentando a CONTRATADA das demais responsabilidades ou sanções legalmente previstas.
- 1.4 A CONTRATANTE poderá alterar os procedimentos metodologia de avaliação durante a execução contratual sempre que o novo sistema se mostrar mais eficiente que o anterior e não houver prejuízos para a CONTRATADA;

2 DOS PROCEDIMENTOS

- 2.1 O Fiscal do Contrato designado pela CONTRATANTE acompanhará a execução dos serviços prestados, atuando junto a preposto indicado pela CONTRATADA.
- 2.2 Verificando a existência de irregularidades na prestação dos serviços, o Fiscal do Contrato notificará o preposto da CONTRATADA para que esta solucione o problema ou preste os devidos esclarecimentos.
- 2.3 A notificação quanto a existência de irregularidades na execução do contrato poderá ser verbal ou por escrito, a depender da gravidade da situação ou da reincidência do fato.
- 2.4 Constatando irregularidade passível de notificação por escrito, o Fiscal do Contrato preencherá termo de notificação, relatando a ocorrência, seu grau de pontuação, o dia e a hora do acontecido;
- 2.5 O termo de notificação será imediatamente apresentado ao preposto da CONTRATADA, o qual, constatando a ocorrência, deverá atestar de pronto seu “visto” no documento, que ficará sob a guarda do Fiscal do Contrato.
- 2.5.1 Havendo divergências quanto à veracidade dos fatos, deverá o preposto da CONTRATADA registrar suas razões no próprio termo de notificação.
- 2.6 Após o recebimento do serviço, em até cinco dias úteis, o Fiscal do Contrato informará à CONTRATADA o resultado da avaliação do serviço (ANS).
- 2.7 A CONTRATADA, de posse das informações repassadas pelo Fiscal do Contrato, emitirá fatura mensal relativa aos serviços prestados, abatendo do valor devido pela CONTRATANTE os descontos relativos à aplicação do Acordo de Nível de Serviços.
- 2.8 O Fiscal do Contrato, ao receber da CONTRATADA as faturas mensais para ateste, somente o fará quando verificada a dedução dos descontos acima mencionados.
- 2.9 Verificada a regularidade da fatura, o Fiscal do Contrato juntará a esta o termos de avaliação (ANS) produzido no período, a ordem de serviço a que se relaciona juntamente com o **CERTIFICADO DE DESTINAÇÃO DE RESÍDUO** e os encaminhará para pagamento junto à **DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS DA PRÓ-REITORIA DE GESTÃO E GOVERNANÇA**. **A falta de qualquer um dos documentos mencionados no presente parágrafo inviabilizará o pagamento.**

3 DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO

- 3.1 O sistema de pontuação destina-se a definir os graus de pontuação para cada tipo de ocorrência.
- 3.2 As ocorrências são dispostas em três níveis de graduação, atribuindo-se a cada nível uma pontuação determinada, conforme tabela abaixo.

**UFRJ****UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**


OCORRÊNCIAS	Valor da infração
<p>Ocorrências tipo 01 = Situações brandas que não caracterizam interrupção na prestação dos serviços, mas que comprometem sua realização de maneira satisfatória, tais como:</p> <p>a) atraso no cumprimento de obrigações relativas ao serviço; b) serviços executados de maneira relapsa ou descuidada; c) conduta inadequada; d) empregado sem uniforme, identificação, equipamento, máquina ou utensílios de uso obrigatório.</p>	01 ponto
<p>Ocorrências tipo 02 = Situações que caracterizam interrupção na prestação do serviço, tal como:</p> <p>a) não cumprimento de obrigações relativas ao serviço após reiterada solicitação para fazê-lo; b) ausência de material ou equipamento necessário para o cumprimento da atividade;</p>	02 pontos
<p>Ocorrências tipo 03 = Situações que caracterizam interrupção na prestação do serviço e comprometem a rotina ou o patrimônio da Instituição, tais como:</p> <p>a) reiteradas danificações do patrimônio; b) conduta perigosa que ponha em risco a segurança de terceiros; c) empregados desguarnecidos de equipamentos de proteção individual;</p>	03 pontos

4 DA FAIXA DE AJUSTE NO PAGAMENTO

4.1 A faixa de ajuste no pagamento será definida pela soma das pontuações atribuídas às ocorrências produzidas na avaliação, conforme tabela abaixo:

Pontuação	Ajuste no pagamento
02 pontos	Desconto de 2% sobre o valor total da fatura
03 pontos	Desconto de 5% sobre o valor total da fatura
04 pontos	Desconto de 8% sobre o valor total da fatura
05 pontos	Desconto de 10% sobre o valor total da fatura
06 pontos	Desconto de 12% sobre o valor total da fatura
07 pontos	Desconto de 15% sobre o valor total da fatura
08 pontos	Desconto de 18% sobre o valor total da fatura
Acima de 09 pontos	Desconto de 20% sobre o valor total da fatura

MODELO DE FORMULÁRIO

		UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO			
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO E GOVERNANÇA - PR6					
FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE RETIRADA DE RESÍDUOS					
CONTRATO Nº	1				Data:
UNIDADE:	1				
CONTRATADA:	1				
FISCAL OPERACIONAL:	1				
FISCAL ADMINISTRATIVO:	1				
AVALIAÇÃO REFERENTE A OS EMITIDA EM:					
(*) Atribuir nota somente no caso de ocorrência da infração					
OCORRÊNCIAS TIPO 1		Valor da Infração	Nota Atribuída (*)		
Atraso no cumprimento de obrigações relativas ao serviço;		1		Nota Não Atribuída	
Serviços executados de maneira relapsa ou descuidada;				Nota Não Atribuída	
Conduta inadequada;				Nota Não Atribuída	
Empregado sem uniforme, identificação, equipamento, máquina ou utensílios de uso obrigatório.				Nota Não Atribuída	
TOTAL			0		
OCORRÊNCIAS TIPO 2		Valor da Infração	Nota Atribuída (*)		
Não cumprimento de obrigações relativas ao serviço após reiterada solicitação para fazê-lo		2		Nota Não Atribuída	
ausência de material ou equipamento necessário para o cumprimento da atividade				Nota Não Atribuída	
TOTAL			0		
OCORRÊNCIAS TIPO 3		Valor da Infração	Nota Atribuída (*)		
Reiteradas danificações do patrimônio		3		Nota Não Atribuída	
Conduta perigosa que ponha em risco a segurança de terceiros				Nota Não Atribuída	
Empregados desguarnecidos de equipamentos de proteção individual				Nota Não Atribuída	
TOTAL			0		
NOTA FINAL (somatório das notas totais para os grupos 1,2 e 3)			0,00	A	Conceito
Valor por Kg Contratado					
Número de KG Retirados na OS avaliada					
Conceito Atribuído pelo avaliador		A			
% do Faturamento a ser liberado		100			
Valor do serviço sem aplicação de ajuste		R\$	-		
Valor RETIDO pela aplicação de ajuste da ANS		R\$	-		
Valor Liberado pela Fiscalização para emissão de Nota Fiscal após avaliação		R\$	-		
pág 1/2					
Fiscal Operacional	Fiscal Administrativo	Gestor PR-6	Responsável da Contratada		

pág 2/2